

## Intransigência, a marca da gestão Fava.

Já temos um ano inteiro de efetivo exercício da direção da Universidade de São Paulo pela equipe do Prof. Flávio Fava de Moraes. Não vemos qualquer motivo para comemorar esta data.

O trabalho desta equipe tem se caracterizado por uma dupla face: para o lado de dentro, truculência e autoritarismo; para o lado de fora, timidez.

Em relação ao espaço interno da universidade – alunos, funcionários e docentes – a postura da reitoria ficou clara quando da greve de maio passado. A tônica foi não negociar, não dialogar, não aproximar-se daquilo que eram reivindicações justas dos servidores da USP. Notável, nessa oportunidade, foi a solicitação de listas de presença de funcionários e docentes feita pela reitoria aos diretores das unidades. Negar o direito de greve através de recursos administrativos e/ou de coações jurídicas nos lembra muito uma época e uma forma de agir que todos gostaríamos de esquecer.

A seqüência mostrou a mesma face. A política de recursos humanos tem se marcado pela redução do número de docentes (e funcionários), conseguida pelo não preenchimento de claros originados de aposentadoria, morte e pedidos de demissão. Sequer os alunos se salvam nesse processo equivocado de enxugamento: pelo contrário, estão sendo usados como mão-de-obra barata, através do PAE. Foram, também, atropelados pela proposta de novas normas para a pós-graduação em que se privilegia a rapidez à custa da qualidade.

Prosseguiram as avaliações departamentais. Reforçou-se o critério de quantidade e chegou-se até a manipular as conclusões das comissões externas de avaliação numa nova demonstração de arbitrariedade (Informativo Adusp N° 3 - Setembro/94). Arbitrariedade se tornou, também, a marca de atua-

ção da CERT. Docentes precários vêm seus contratos simplesmente não serem renovados e os colegas efetivos vêm ser reduzido seu período de trabalho. O que mais espanta nestes casos é que os critérios de julgamento, embora unificados, apresentam a varia-

bilidade conveniente e necessária para se ajustarem a qualquer caso, cumprindo a função de enquadrar todos os docentes em uma só forma.

Em perfeito contraponto a estas demonstrações de força executadas em relação à comunidade interna da USP, a atuação em relação à comunidade externa foi marcada

pelo encolhimento. A primeira demonstração deu-se na ocasião da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. As entidades representativas de docentes e funcionários foram à luta em todas as frentes, propondo emendas, conversando com deputados,

reunindo-se com secretários de estado. Enquanto isso, os reitores das três universidades permaneciam sem ação, inermes diante da autoridade do governador do Estado. Preferiram aderir a um

acordo palaciano em torno de 9,57% do ICMS para as universidades, prejudicando a possibilidade de dotação maior. Esta conduta se confirmou quando o governo do Estado passou a atrasar sistematicamente o repasse de verbas para a universidade. Novamente, sindicatos de docentes e funcionários buscaram reverter o quadro.

Na seqüência, vimos o campus ser fechado aos finais de semana e o trajeto dos ônibus circulares se restringir aos limites geográficos da Cidade Universitária. Con-

Também continuou a timidez. Lazer para a população da cidade e transporte para a comunidade do Butantã certamente são objetivos que poderiam contar com subsídio específico dos governos municipal e estadual. Seria função da administração da universidade buscar esses recursos e não intimidar-se frente a autoridade externa.

Uma linha clara parece permeiar todas as ações da reitoria. Todas elas são impostas, de cima para baixo, sem discussão prévia com a comunidade a que se dirige e que é atingida por suas conseqüências. Institucionalmente, o privilégio é da quantidade: a administração é eficiente se reduz o número de servidores, ainda que possa haver prejuízo para a qualidade do trabalho; o docente é julgado essencialmente pelo número de trabalhos publicados e pelo índice de impacto da publicação; o programa de pós-graduação é avaliado pela taxa de teses produzidas, independentemente da qualidade e do grau da contribuição que dão ao aumento do conhecimento. Observe-se que, embora clara, essa linha precisa ser extraída da conduta da reitoria, uma vez que nunca foi colocado explicitamente o projeto de universidade que está sendo implantado, exceto pela afirmação vaga de que se busca uma universidade do primeiro mundo.

A coerência que se detecta caracteriza um modelo de gerência empresarial para a universidade. Portanto, está longe de se dar ao longo da linha que leva verdadeiramente ao crescimento, quer seja o crescimento do conhecimento, quer o crescimento do atendimento à comunidade, o crescimento da qualidade do trabalho acadêmico produzido, o crescimento da capacidade crítica, da democracia, da transparência, da defesa de uma educação pública de qualidade. Era isto que desejávamos estar aplaudindo hoje.



ano

# Cruesp expurga índice Fipe

Ao longo do primeiro ano da gestão Fava à frente da USP e do Cruesp, em várias oportunidades a Adusp, juntamente com o Fórum das Seis, apontou reiteradamente os "erros de cálculos" na estimativa de arrecadação do ICMS. Trata-se, evidentemente, de um jogo dos reitores (USP, Unicamp e Unesp) para diminuir o repasse para os salários de professores e funcionários. Apesar do compromisso de gastar 85% da quota parte do ICMS com a folha salarial, isso acabou não ocorrendo.

No período de julho a dezembro do ano passado, a quota-parte das universidades correspondia a R\$ 474,3 milhões. Segundo o compromisso do Cruesp, R\$ 403,2 milhões deveriam ser

gastos com salários. Como foram gastos R\$ 392,2, faltam R\$ 11 milhões. Não bastasse romper o compromisso, o Cruesp, presidido pelo reitor da USP, congelou os salários por dois meses (dezembro e janeiro), exatamente nos meses de crescimento da arrecadação do ICMS.

Para adotar este tipo de postura, o Cruesp alega que os salários "foram recuperados a níveis próximos da marca histórica de 1989". O que o Cruesp não explica é que os reitores expurgaram o índice de inflação da própria Fipe, referente a julho do ano passado. Na tabela do Cruesp o índice é de 6,95%, quando o correto é 30,75%. Desta forma é fácil zerar qualquer tipo de perda com professores e funcionários.

## USP cada vez mais longe da comunidade

A reitoria da USP começou a colocar em prática no início deste ano, aquilo que o prefeito do campus, prof. Antonio Rodrigues Martins, classifica de retomada da Cidade Universitária. Sem qualquer discussão com os usuários e sem avisar ninguém, os portões do campus

começaram a ser fechados nos finais de semana, deixando cerca de 80 mil pessoas sem opção de lazer. O prefeito Martins informa que essa situação deverá perdurar "apenas seis meses", para a realização de obras no interior da Cidade Universitária.

A falta de discussão com os usuários, docentes e funcionários da USP torna cada vez mais clara a prática da atual reitoria que trata a coisa pública como se fosse um bem particular. É chegada a hora de o reitor Flávio Fava de Moraes entender, definitivamente, que a Universidade de São Paulo não é de sua propriedade, mas da população.

A diretoria da Adusp repudia o caráter restritivo que a administração da USP vem imprimindo à solução dos problemas com que se defronta. Não é imaginável que a maior universidade brasileira reaja a problemas concretos sem atacar as causas verdadeiras, preferindo enterrar a cabeça na areia. Fechar o campus nos finais de semana e restringir o trajeto dos circulares apenas ao interior da Cidade Universitária são pseudo-soluções elitistas e tímidas, que só fazem aumentar o distanciamento entre a comunidade e a universidade.

# Dois Pontos

## Sem comentários

Ao decidir, juntamente com a diretoria, pela edição de um **Informativo Adusp** especial sobre o primeiro ano da gestão Flávio Fava de Moraes, o editor da publicação entrou em contato com a assessoria de imprensa da reitoria da USP, oferecendo uma página para que pudesse fazer sua auto-avaliação. A vice-reitora, Myriam Krasilchik declinou do convite.

## Bolsa de apostas

Pela terceira vez em menos de dois anos estão mexendo na ponte da Avenida da Universidade. Desta vez para erguer a pista direita da principal avenida de entrada de veículos na USP. Da primeira vez foram gastos US\$ 200 mil, que não serviram para nada, já que o local continuou a inundar. Posteriormente, "decidida a resolver o problema de forma definitiva", segundo o Prefeito do Campus, prof. Antonio Rodrigues Martins, a prefeitura de São Paulo resolveu gastar US\$ 12 milhões no alargamento e canalização do córrego Pirajussara, que passa no interior da Cidade Universitária. E novamente as obras foram reiniciadas, causando congestionamentos e desvios de trânsito. Quando todos pensavam que o problema estava resolvido, duas surpresas: 1) as obras foram retomadas e 2) a entrada principal da USP voltou a ficar alagada durante as chuvas que caíram na primeira semana de fevereiro. Diante de tanto vaivém, tem gente fazendo uma fezinha de que até o final do ano nova reforma deverá ser iniciada naquele local.

## Marketing

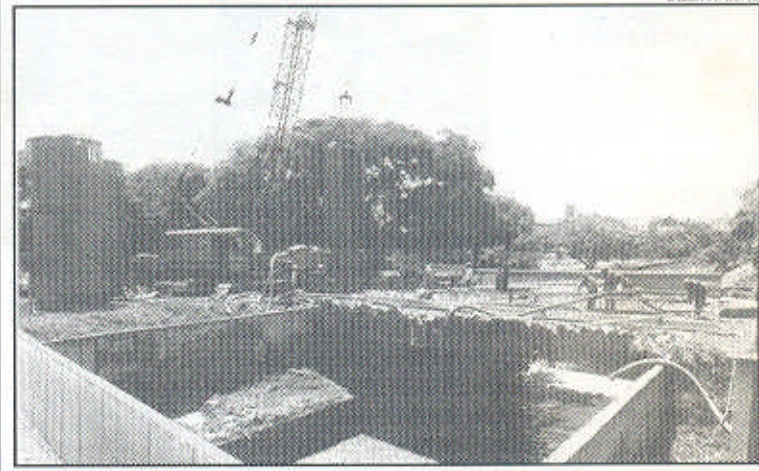
A exemplo do outro Fernando, o atual, FHC, procura governar com jogadas de marketing. Um dos exemplos é a sua proposta para a educação no Brasil. Na primeira quinzena deste mês, o governo federal fez um grande barulho com relação à "revolução" da educação e acabou não propondo nada de novo ou que vá tirar o país do atraso em que se encontra nesta área. Fato muito sério, levando-se em conta que o presidente é sociólogo e o seu ministro da educação ex-reitor da Unicamp.



## Novos sócios

Entre os meses de novembro e dezembro do ano passado, 70 docentes da USP filiaram-se à Adusp. Agora, somamos 3.500 sindicalizados num universo de 5.100 professores, o que equivale a um índice de 68,62. Caso você queira se sindicalizar, solicite o formulário de filiação através dos ramais 4465 e 4466 ou dê uma passada na sede, no térreo da antiga Reitoria.

Daniel R. Garcia



## Adusp

### Diretoria:

Otaviano Helene, Zilda Iokoi, Francisco Miraglia, Lígia C.M. Machado, Luiz Carlos de Sá Rocha, Décio Crisol Donha, Primavera Borelli, Benedito Honório Machado, Marcos Nereu Arenales, José Nivaldo Garcia, Evaldo L. Titto.

### Editor:

Marcos Luiz Cripta vd

### Projeto Gráfico:

Argeu Godoy

### Produção Gráfica:

Maria Cristina Waligora e

Luís Ricardo Câmara

### Revisão:

Raquel La Corte

### Secretaria:

Rogério Yamamoto

Alexandra Carillo

### Distribuição:

Marcelo Chaves

Walter dos Anjos

Tiragem: 6.500 exemplares

Periodicidade: mensal

Filmes: Paper Express

Impressão: Artgraph

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano

Gualberto, trav. J, nº 374

Cid. Universitária - São Paulo - SP

CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-3573

Fax: (011) 814-9321

# Política de Recursos Humanos é de arrocho

A política de recursos humanos da reitoria neste primeiro ano da gestão Fava, no tocante à área docente, representa, de modo geral, uma continuidade com relação às gestões anteriores. Um exemplo típico é o da portaria de extinção dos claros vagos por aposentadoria ou por demissão voluntária. Fundamentalmente, os departamentos continuam sem acesso imediato a claros para contratação, a menos em caso de rescisão contratual por decisão da unidade.

Coerentemente com a forma de ação que tem caracterizado a atual gestão da reitoria, a política de recursos humanos da instituição se origina no gabinete do reitor, sem que seja promovida a necessária discussão sobre a matéria com o corpo da universidade. As iniciativas acadêmicas vindas dos departamentos jamais recebem apoio dos organismos centrais da reitoria. Os programas elaborados nesta instância são postos em prática sem que haja modos efetivos de transformá-los em função da realidade e das especificidades de cada departamento.

Ao mesmo tempo, a reitoria afirma estar descentralizando o processo de contratações, na medida em que este se vinculará ao desempenho dos departamentos, tal como medido pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA). A CPA torna-se, assim, o centro decisório de qualquer processo de contratação, aparentemente vinculado aos "projetos departamentais". A par desta concentração de poder nas mãos da CPA (e da CERT), no entanto, afirma-se que as vagas e claros serão distribuídos, não aos departamentos, mas aos CTAs, ou seja, ao Conselho dos Chefes de Departamento das diferentes unidades. A distribuição de claros, dessa forma, deixa de guiar-se por critérios acadêmicos, adquirindo um caráter claramente político. Neste contexto, os "projetos departamentais" perdem sua independência, sua capacidade de embasar academicamente os pedidos de abertura de claros, abrindo caminho para o clientelismo e reforçando a centralização decisória da reitoria.

**Doutores precários** - O programa de contratação de "jovens" (!) doutores, define, com clareza, a intenção da reitoria em remodelar o corpo docente em função de um perfil bem definido: deve-se buscar contratar jovens doutores, com liderança comprovada no ensino, na pesquisa e na extensão, e com capacidade de angariar recursos extraorçamentários. É importante perguntar que projeto de universidade embasa a opção por esse perfil e por que a ênfase na

uma função perene, são contratados por tempo determinado, a título precário, em clara contradição com as normas constitucionais.

A reitoria afirma pretender contratar 400 novos docentes nesse programa, nos quatro anos de gestão, para, assim, pelas próprias palavras do reitor, recuperar o número de docentes aos níveis do passado recente. Os efeitos dessa política, no entanto, devem ser redimensionados em vista de três fatores principais: a) destes 400, devem ser subtraí-

"Jovens Talentos", contratados como professores colaboradores por apenas dois anos e que, segundo afirmações da própria reitoria, não têm perspectivas de recontração nesta gestão. Cerca de 45 docentes encontram-se nesta situação.

Mesmo sem levarmos em consideração as eventuais demissões ou a recusa em recontração os atuais docentes não estatutários, o resultado final, longe de constituir-se numa revitalização do corpo docente, espelha uma política de redução dos recursos humanos docentes. Há, portanto, um claro descompasso entre discurso e prática, entre os objetivos declarados e o resultado final que se espera alcançar.

**PAE** - É neste quadro que deve ser analisado o Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE), instituído pela reitoria como parte de sua política de recursos humanos. Esse programa pretende contratar 750 doutorandos da USP para contribuir com o ensino de graduação. Sua vinculação com a política de recursos humanos indica, claramente, o destino que terão estes doutorandos. De outra forma, o programa estaria vinculado às comissões de graduação e pós-graduação.

Dentro do quadro geral de enxugamento promovido pela reitoria e com a prioridade cada vez mais voltada a uma discutível concepção de produtividade científica, não resta dúvida de que estes bolsistas substituirão os docentes em, no mínimo, parte de suas atividades didáticas. Veremos, ainda que não oficialmente, os bolsistas elaborando, aplicando e corrigindo trabalhos e provas e até mesmo ministrando aulas. Desta forma, a demanda por claros diminuirá, na medida em que a carga didática será "coberta" com mão-de-obra barata, maleável e fluida, sem onerar os recursos da universidade.

Parece-nos claro que estes programas se baseiam, se não em um projeto, em uma perspectiva de universidade. Ao não explicitar esta perspectiva, a atual gestão da reitoria da USP se exime da responsabilidade de promover a discussão de seu projeto para esta universidade.



possibilidade de angariar recursos extra orçamentários. Não estaríamos, com isso, deixando que instituições de fomento e empresas, públicas ou privadas, definam as diretrizes do trabalho universitário, como já ocorre em alguns países? Por outro lado, parece difícil encontrar candidatos com todas as qualificações exigidas, principalmente quando o salário oferecido é da ordem de R\$ 1.800.

Observe-se que os contratos propostos são ilegais: embora os candidatos se submetam ao ritual do concurso público e exerçam

dos, segundo a reitoria, cerca de 100 docentes, cujos contratos foram assinados ao fim da gestão anterior e cujo processo já estava em andamento quando a gestão atual assumiu; b) devemos levar em consideração, igualmente, o número de aposentadorias previstas para o período, que a própria reitoria calcula em cerca de 100, o que é, na verdade, apenas um patamar mínimo, pois não menos que 900 docentes atingirão, no quadriênio, o número de anos necessários para a aposentadoria e c) da mesma forma, precisamos computar o conjunto dos

# Qualidade torna-se critério secundário na pós-graduação

A preocupação básica da proposta da pró-reitoria de pós-graduação para a redução dos prazos de titulação na pós-graduação *strictu sensu* é o tempo médio relativamente alto de titulação dos alunos, que "afeta, pelo menos parcialmente, o desempenho da pós-graduação".

Propõe, como mecanismo básico, a redução nos prazos máximos que passam a ser de 30 meses para o M e 48 para o D, passíveis de 1 ano de trancamento e 1 de prorrogação. Para possibilitar que se cumpram os novos prazos, propõe uma série de "mecanismos simples", que incidiriam sobre o aluno e/ou sobre o programa.

**Centralização** - É necessário destacar que o encaminhamento da proposta repete a prática centralizadora que vem caracterizando a atuação da reitoria. Ela foi encaminhada às CPGs com prazo de 20 dias para discussão e elaboração de sugestões. Uma carta que acompanhava a proposta continha uma clara ameaça: caso não houvesse sugestões, as normas seriam consideradas aceitas. A armadilha é concreta: se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come...

Uma mudança desta natureza, deveria ser precedida de ampla discussão do que se pretende com a formação de mestres e doutores na USP, em suas várias unidades. Esta discussão, por sua vez, só teria sentido no contexto da discussão e da elaboração de um projeto para a universidade, objetivo ainda muito longe de sequer ser colocado com clareza na USP.

Em primeiro lugar, então, que fique claro o caráter precipitado e autoritário da proposta.

É possível atuar sobre o desempenho do aluno, em dois momentos: propiciando (ou não) condições para que o desempenho ocorra, que seria atuar antes que o aluno atue; e fornecendo (ou não) conseqüências para o desempenho, que seria atuar depois que o aluno fez alguma coisa. É muito mais cômodo atuar depois. Isso transfere para o aluno a responsabilidade de aprender, de produzir, de estudar, de se sair



bem. Cabe ao professor apenas "dar nota" depois que o aluno cumpriu sua parte. Porém, é muito mais eficiente atuar antes. Esta é a forma mais segura de cumprir a função de professor porque atribui a este um papel ativo.

A proposta da pró-reitoria, porém, procede de forma inversa. Coloca, primeiro, uma conseqüência que são os prazos máximos irreversíveis. Só depois pensa em mecanismos para que se cumpram os prazos. Alguns desses mecanismos são também conseqüenciais e não condições. Tanto conseqüenciais como condições são, quase todas, de natureza burocrática e não acadêmica.

Assim, o documento da pró-reitoria de pós-graduação pretende que se abrevie o tempo para titulação no mestrado e no doutorado basicamente através do uso de conseqüências burocráticas para o comportamento do aluno.

**Duração máxima** - É possível abreviar o tempo necessário para titulação. Mas, isso seria conseqüência de um processo de estruturação e amadurecimento dos grupos de pesquisa com os quais o aluno trabalharia e do aperfeiçoamento da formação científica em nível de graduação, o que ocorreria

através da iniciação científica. Abreviar, neste caso, significa convergir para a duração adequada. De qualquer forma, essa convergência não se daria por conta de um prazo máximo pré fixado.

Não é necessário homogeneizar o tempo para titulação, estabelecendo tempos máximos curtos. Pelo contrário, caberia à universidade permitir que a diversidade se manifestasse, dando espaço para que cada área do saber pudesse colocar suas especificidades, sem penalizar o aluno de pós-graduação e sem diminuir a qualidade da pesquisa produzida.

**Função da pós** - A proposta não parte de um estudo sistemático do caráter e da função do mestrado e do doutorado. Em várias áreas, a formação em nível de mestrado cumpre uma função importante para o profissional que não tem como interesse principal uma carreira voltada para a pesquisa. É o caso dos professores das faculdades particulares, de professores de I e II graus e de profissionais de áreas mais técnicas, por exemplo. Nestes casos, o mestrado é um teto e a formação, neste nível, particularmente importante e merecedora de atenção especial e do tempo que for necessário.

Com certeza, a função e o caráter da pós-graduação também variam de acordo com a unidade. Dentro dessa situação, há áreas em que despojar o mestrado de sua característica de pesquisa pode inviabilizar a própria realização de pesquisa na unidade.

**O aluno** - O bolsista em dedicação exclusiva é perfeitamente razoável nas áreas em que predomina a pesquisa básica. Mas, é completamente inadequado quando se trata de áreas de aplicação, sobretudo tecnológicas, como a psicologia clínica e a engenharia de produção, por exemplo. O aluno bolsista não contempla uma parcela importante dos pós-graduandos da USP, que correm o risco de se verem excluídos da pós-graduação por absoluta impossibilidade de se adaptarem às novas regras. Portanto não é necessário definir o aluno padrão.

Considerando a proposta dentro do conjunto de atuação da reitoria, é notável a incoerência entre esta e o Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE). Para se tornar um aluno/docente, o doutorando vai precisar exatamente do ingrediente que as novas normas procuram economizar, que é o tempo. ➔

**Irresponsabilidade** - A redução do prazo é uma atitude irresponsável. Independentemente do perfil do aluno, a exclusão de um número significativo de mestrandos e doutorandos é óbvia a partir de uma simples inspeção dos números. Se o tempo médio gasto atualmente para completar o mestrado é de 58 meses, com amplitude variando de aproximadamente 30 até cerca de 90 meses, colocar o corte em 30 meses é alijar do programa quase todos os alunos que estão dentro da faixa de variação que existe hoje. Conforme o rigor do critério que a reitoria vai usar para conceder os 24 meses de trancamento e prorrogação, isso ou inviabiliza o mestrado ou significa a incorporação destes 24 meses ao prazo total, por definição.

Não se pode esperar que a USP, maior e mais importante formadora de recursos humanos para a docência e a pesquisa no Brasil, decida cortar do seu programa de pós-graduação uma quantidade significativa de alunos a partir de um critério de duração máxima pouco fundamentado.

Aqui, finalmente, fica claro que a inserção do documento é a mesma que vem permeando todas as medidas tomadas ultimamente na USP. Trata-se, mais uma vez, de aumentar a produtividade, ainda medida da forma quantitativa mais pobre: número de teses ou dissertações por unidade de tempo.

**O orientador** - Para inflacionar esta relação, usa-se, ainda, outro mecanismo perverso que é restringir o número de orientadores, através de um suposto rigor do credenciamento. Este rigor implica em gerar uma subclasse de docentes que, embora acabem exercendo, informalmente, o papel de orientadores, ficam sob controle dos líderes de grupos, estes, sim, devidamente credenciados. Ironicamente, ao restringir o credenciamento, os órgãos decisórios da instituição negam seu próprio produto: o doutor que a universidade forma não é bastante bom para formar outros doutores. A função da restrição, porém, é cumprida: diminuindo o denominador, a relação teses/ tempo/docente se torna compatível com o projeto de universidade de 1º mundo...

A relação entre o Fórum das Seis e o Cruesp, presidido pelo reitor da USP, Flávio Fava de Moraes, deteriorou bastante em 1994, conseqüência da incapacidade dos reitores para negociar com o movimento organizado. A primeira reunião de negociação salarial sofreu um ponto de tensão desnecessário quando os reitores admitiram desconhecer a pauta de reivindicações entregue formalmente com várias semanas de antecedência. A interrupção das negociações, durante a última greve, marcou aquela incapacidade para negociar. Apesar do Fórum das Seis ter apresentado uma contra proposta de 27%, em substituição aos originais 37% reivindicados, o Cruesp foi incapaz de dialogar. Só aceitaria uma contra proposta se fosse igual à dele.

O próprio compromisso que o Cruesp assumiu em meados de junho do ano passado, de fazer reajustes mensais usando o índice Fipe da última quadrissemana, de fazer reposições salariais cada vez que o comprometimento com a folha caísse abaixo de 85% e de fechar o semestre com este índice de comprometimento, não foi cumprido. Outro compromisso não cumprido foi a entrega de cópias das fitas gravadas das reuniões com o Fórum das Seis. Também a formação de comissões mistas para discutir questões orçamentárias e de isonomia, propostas pelo próprio Cruesp e aceitas pelas entidades, não foi efetivada.

Outro erro político do Cruesp foi a publicação de um artigo na página três da *Folha de S. Paulo* que se referia ao debate com o Fórum das Seis, ocorrido no auditório daquele jornal. Esse artigo, que já estava escrito e impresso antes do debate iniciar-se, argumentava que o resultado do debate justificava a postura do Cruesp nas negociações salariais.

Esses fatos contribuíram para desacreditar o Cruesp e passaram a dificultar sua presença na mesa de negociação. A última reunião com o Fórum ocorreu dia 9 de setembro e foi encerrada no momento em que os representantes das entidades passaram a cobrar o cumprimento dos compromissos anteriores.

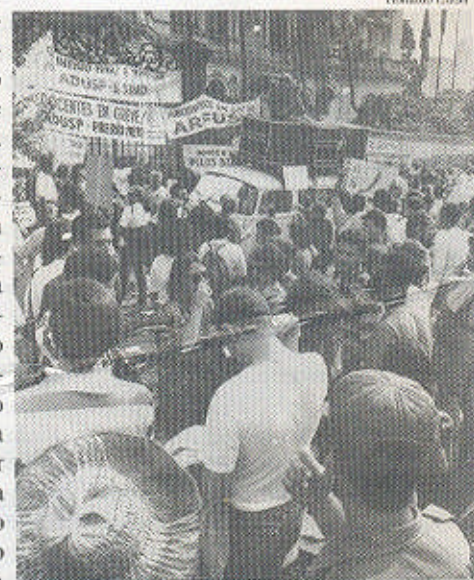
As entidades representativas

de docentes e funcionários esperavam uma atuação conjunta com o Cruesp em assuntos que interessavam a todos, como o aumento da dotação orçamentária das universidades e a luta contra a política de estadualizações irresponsáveis, para dizer o mínimo, do governo Fleury. Nossa pressão levou o Cruesp a um acordo palaciano que elevou o percentual do ICMS para 9,57%, o que poderia ser considerado uma vitória parcial. Entretanto, não pudemos ver o Cruesp lutando publicamente pela viabilização financeira da universidade pública paulista.

Em 1990, a Assembléia Legislativa aprovou a estadualização de duas faculdades de medicina no interior do Estado, apesar do parecer do Conselho Estadual de Educação que mostrava não terem aquelas instituições condições acadêmicas de funcionamento. A única iniciativa dos reitores foi pedir que o poder executivo retirasse da proposta original o artigo que previa a supervisão daquelas instituições pelo Cruesp. Enfim, lavaram as mãos.

O Fórum das Seis tem atuado junto à Assembléia Legislativa no sentido de provocar discussões sobre a lei orgânica do ensino superior paulista. Essa lei é fundamental para orientar e definir a expansão do ensino superior e para criar mecanismos que permitam exigir das instituições de ensino compromissos reais e efetivos com a democracia, a qualidade do ensino e as necessidades, anseios e possibilidades da população. Apesar da relevância dos termos abordados numa lei orgânica do ensino superior, em nenhum momento o Cruesp se manifestou sobre ela.

A Adusp, assim como o Fórum das Seis, tem denunciado, insistentemente, a grave dimensão assumida pela sonogação e pela evasão fiscal consentida no Brasil e, especialmente, no estado de São Paulo. Entendemos que essa sonogação, que se apropria de cerca de US\$ 100 bilhões anuais em todo o país, segundo vários levantamentos do movi-



Greve de maio de 1994.

mento sindical, da imprensa e, mais recentemente, do próprio Congresso Nacional, é uma das principais causas da falência do setor público, da educação, da saúde, da justiça, enfim, do próprio país. Denunciamos, também, que há uma convivência do poder executivo para com essa evasão fiscal, caracterizada pela não fiscalização adequada, pela não punição e mesmo por negociação das dívidas em condições favoráveis para os devedores. É uma imensa subvenção pública para o crime organizado e para o mau empresário.

E, também nessa luta, não tivemos o Cruesp do nosso lado, apesar da importância e da conotação política que poderia ter um órgão do executivo nessa luta.

Enfim, não vimos, em 1994, o Cruesp atuar na defesa das necessidades e dos interesses legítimos do ensino público superior. Vimos, isto sim, um Cruesp que atua como um braço do poder executivo, lavando as mãos ou mesmo defendendo um dos piores governos que São Paulo já teve.

Quanto aos nossos salários, mais arrocho: a média salarial em 94 foi 15% inferior à média de 93.

Não é esse o Cruesp que queremos. Negociações sérias, cumprimento de compromissos e a luta não titubeante em defesa da universidade pública e dos interesses da população, mesmo que isso implique no enfrentamento do poder executivo. Esse é o Cruesp com que gostaríamos de dialogar.

# “Pois é, pra quê?”

David H. Garcia

Todo educador já leu ou ouviu contar a história da sardinha e do tubarão. Se não é o seu caso... A Srta. Sardinha, no tempo em que os animais falavam, fugiu de casa para correr mundo. A primeira “pessoa” que encontrou foi o Sr. Tubarão que, delicada e desinteressadamente, perguntou a ela aonde ia. A resposta foi:

– Não sei, vou por aí, vou conhecer o mundo.

– Mas, você não sabe para que, por que caminho, para onde?

– Ainda não pensei nisso.

– Bom, se você ainda não pensou, mas já está a caminho, vou lhe dar uma dica. Conheço um excelente atalho pra você chegar onde quer. Veja, é por aqui.

E apontou para a própria boca, escancarada, na qual a sardinha entrou alegremente, encerrando a sua curta viagem pelo mundo.

Moral da história: se você não sabe para onde vai, qualquer caminho é igualmente bom (ou ruim). Embora pareça engraçada, a história torna-se lastimosa quando é colocada na perspectiva da avaliação. Fica claro, então, que avaliar o que quer que seja sem uma clara explicitação dos objetivos finais da atividade/coisa avaliada é um mero exercício de arbitrariedades.

É isso que vem acontecendo nos processos de avaliação que ocorrem na Universidade de São Paulo. O projeto de universidade que se pretende não foi, em qualquer momento, nem divulgado pelos responsáveis pela gestão da USP nem discutido com a comunidade universitária. Chegou-se, no máximo, a afirmações genéricas como dizer que se busca transformar a USP em uma universidade de 1º mundo.

A miríade de interpretações possíveis esvazia esta afirmação como uma definição de metas. Desnuda, então, a arbitrariedade e a precariedade dos procedimentos que vêm sendo rotulados de avaliação departamental e de avaliação docente pela Comissão Especial de Regime de Trabalho – CERT – da USP.

Para executar e até mesmo para discutir avaliação, é necessário que se estabeleçam as bases das quais se está partindo e as metas a que se pretende

chegar. Com esta preocupação, vou tentar esclarecer meus referenciais para depois voltar aos processos atuais de avaliação na universidade. Acho que é importante que mais vozes se façam ouvir, para que possamos avançar na construção de modelos de universidade e, posteriormente, de avaliação.

Entendo a universidade como o espaço privilegiado de busca do conhecimento sobre a natureza e sobre a ação do homem em seu meio. Nessa busca, vai se produzir o conhecimento da natureza e vai se gerar a tecnologia para lidar com ela. Entendo a universidade como o espaço privilegiado em que vão se formar novos pesquisadores, novos professores e novos profissionais. Esta função – ensino – é indissociável da anterior, uma vez que a capacidade de análise e de reflexão crítica do cientista é matéria-prima fundamental no processo de ensino e aprendizagem. Entendo a universidade como o espaço, onde se oferecem serviços à comunidade, oferta esta cuja presença tem mão dupla em relação ao ensino e à pesquisa: ao mesmo tempo que atende as necessidades da

deveria assumir. Empobrecer-se o ensino, que corre o risco de tornar-se mera repetição, transformando-se o aluno em depositário de informações. Empobrecer-se, ou mesmo, inviabilizar-se a pesquisa, porque a reflexão e a crítica não podem se exercer plenamente com hora marcada e tempo contado. Empobrecer-se ou, também, inviabilizar-se a prestação de serviço, porque este profissional – professor vai prestá-lo mediante pagamento, em seu escritório particular.

Ainda para cumprir a sua função tríplice, a universidade deve ser pública. Pública na origem de suas verbas: o gasto com educação é compromisso do estado com o desenvolvimento; pública na publicização de critérios de gestão acadêmica, administrativa e financeira; pública no compromisso com a reflexão social e com a busca de condições e oportunidades reais para todas as parcelas da população. Além de pública, a universidade deve ser gratuita, porque a educação, em todos os níveis, é direito do cidadão.



Ligia Marcondes Machado

pelos avaliadores de plantão.

Temos muita clareza da imensa dificuldade que acompanha todo processo de avaliação, especialmente na universidade. Temos, ao mesmo tempo, muita clareza de que é preciso avaliar para se tomar decisões. Por outro lado, temos também muita clareza de que o processo de avaliação implantado na USP há alguns anos e ainda em curso é superficial e mediocrizante.

Qualquer avaliação que iguale produção de conhecimento à produção de “papers” comete o erro básico de tomar quantidade por qualidade. Não se argumente que a qualidade é preservada quando se colocam critérios sobre onde o “paper” é publicado: é pública e notória a cumplicidade gerada por um mercado que é, ao mesmo tempo, produtor e consumidor. No mesmo sentido, é clara a diferença entre os artigos publicados em uma mesma revista, considerando-se a disparidade do nível de contribuição epistemológica de cada um.

Considero que avaliar é, nada mais nada menos, do que aquilo que o cientista faz em toda a sua atividade: é refletir, criticar, coletar dados, criticar, refletir. No caso em que o trabalho executado na universidade é o objeto de avaliação, a reflexão, a crítica e os dados obviamente se referem à universidade. Mas, a atividade de avaliar a universidade é idêntica àquela que o cientista executa em seu trabalho cotidiano. Confundir reflexão e crítica com a mera contabilidade, como vem sendo

O projeto de universidade que se pretende não foi, em qualquer momento, nem divulgado pelos responsáveis pela gestão da USP nem discutido com a comunidade universitária. Chegou-se, no máximo, a afirmações genéricas como dizer que se busca transformar a USP em uma universidade de 1º mundo.

comunidade, o serviço prestado cumpre função fundamental no treino dos novos profissionais e no aperfeiçoamento de professores – pesquisadores, na prática profissional cotidiana.

Para (bem) cumprir sua função tríplice, a universidade deve ter professores – pesquisadores em tempo integral e dedicação exclusiva. A universidade – cartão de visita, que alguns profissionais usam apenas como atividade secundária – não dá conta da complexidade do papel que

Este conjunto de características que constitui meu modelo de academia, embora pensado e discutido em meio a minha atividade sindical, obviamente não é uma opção corporativa. É menos ainda aquela opção corporativa que tem sido atribuída aos sindicatos de professores e que exclui a avaliação, enquanto exigiria estabilidade e isonomia entre todos os docentes. O modelo proposto é, isto sim, muito mais exigente do que aquele que tem sido defendido

feito, é confundir produção de conhecimento com sua pobre definição operacional que seria a produção de "paper". A definição não é pobre apenas no que diz respeito ao objeto/atividade usado como parâmetro na definição. É pobre, também, no exclusivismo que confere à atividade, que se torna a única pela qual a universidade passa a se definir.

Em grande parte, a confusão entre meios e fins, típica dos processos de avaliação em curso, decorre da ausência de caracterização daquilo que se pretende avaliar. Sem definir a que vêm a universidade e a atividade daquelas que nela trabalham, a avaliação torna-se uma farsa assustadora. Supervaloriza aspectos particulares, que passa a considerar como características importantes do próprio objeto avaliado, sem perceber que se tornaram importantes pelo próprio ato de terem sido escolhidos para serem medidos. O "bom" caminho, neste caso, pode terminar como a sardinha, na goela do tubarão.

É possível compreender porque se elegeu o "paper" como alvo: publicar custa pouco, desde que a quantidade seja o critério de julgamento. Por isso, é um critério supostamente democrático e acessível a todo e qualquer docente da universidade, mesmo àquele cujas publicações nada acrescentam ao conhecimento. Por outro lado, quando se torna critério único e excludente, é óbvio que se perde o caráter

democrático (se é que este chegou, realmente, a existir...). Outra razão para o privilégio do "paper" é que é muito mais fácil contar o número de publicações do que avaliá-las segundo qualquer outro critério de mérito e valor.

É a esta ditadura do "paper" que assistimos hoje na academia. Sua imposição desqualifica outras atividades e, principalmente, desqualifica qualquer ousadia e qualquer inovação. Não é possível ousar ou inovar porque a certeza do "paper" resultante é, então, remota. É apenas possível insistir, tragicamente, naquilo que já produziu publicações antes, na esperança desesperada de que continue produzindo. Mais do que isso: o clima de terror que se instala pode, mesmo, gerar comportamentos incompatíveis com a ética universitária. Nossos conhecimentos de psicologia já são suficientes para sabermos que o desespero produzido por um controle pela punição não é o melhor aliado da capacidade de criar e produzir: do medo, cria-se o trágico.

A longo prazo, como sabem os estudiosos da evolução, a ausência de variação pode ser fatal. Nossa preocupação, quando nos colocamos como vozes críticas e discordantes, não é com a sobrevivência da academia, mas com a qualidade da academia que sobreviverá.

Lígia Marcondes Machado é professora do Instituto de Psicologia da USP e diretora da Adusp-S.Sind.

## Reitoria evita debater processo de avaliação

Em setembro do ano passado, a Adusp denunciou que a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) estava encaminhando ofícios, aos diretores de Institutos e chefes de departamentos, afirmando que os relatórios de avaliações correspondiam ao texto elaborado pelos avaliadores externos (CAD), quando, na verdade, trechos dos relatórios eram suprimidos ou substituídos. Imediatamente a diretoria da Adusp encaminhou ofício à reitoria da USP solicitando a imediata suspensão dos processos de avaliação de cada departamento, diante da denúncia comprovada com a publicação dos trechos substituídos sem o conhecimento dos avaliadores externos.

A reitoria da USP não só não tomou nenhuma providência, como usou a mesma prática da CPA de "jogar" com as palavras para responder o ofício com as denúncias da Adusp. Diz o ofício da reitoria, datado de 25 de outubro

de 1994: "consultado sobre o assunto, o prof. Meneghini, presidente da CPA, informou que não há previsão imediata para se interromper o processo de avaliação". Primeiro, a Adusp não havia perguntado sobre previsão de suspensão da avaliação na Universidade. Ela mostrava alterações de textos sem o conhecimento de seus autores e solicitava que o fato fosse apurado. Em segundo, a reitoria consultou o prof. Meneghini sobre o assunto. Exatamente ele, que preside a Comissão que alterou textos.

O ofício da reitoria sugeria que a Adusp contactasse diretamente a CPA, a fim de dirimir quaisquer dúvidas a respeito dos processos de avaliação. A diretoria da Adusp convidou o presidente da CPA, Rogério Meneghini, para debater, em sua sede, o processo de avaliação na universidade. O encontro agendado para 25 de outubro teve de ser adiado por solicitação da reitoria da USP e não remarcado até o momento.

## A atuação da Cert

Também quanto à renovação dos contratos precários de docentes, a atuação da reitoria se pautou pela intransigência. Há vários aspectos em relação a esta questão que devem ser considerados. Em primeiro lugar, os contratos precários são ilegais. De acordo com a constituição em vigor, funcionários públicos só podem ser admitidos por concurso público e são efetivos após um estágio probatório de dois anos. Portanto, renovar contrato precário é uma atividade que sequer deveria estar sendo executada, porque tais contratos não deveriam existir.

Em segundo, não há consistência nos critérios adotados

para julgamento de renovação. Para constatar a ausência de consistência, basta examinar uns poucos casos: será fácil ver que os critérios mudam de acordo com a circunstância do momento. Em alguns casos, considera-se a produção quantitativa do docente; em outros, o "peso" da revista em que os artigos foram publicados; em outros, não há qualquer informação no parecer, somando-se a falta de consistência com a falta de transparência.

Não nos parece defensável a conduta da Cert. A arbitrariedade com que a Cert atua acaba por permitir igual ausência de critério, em nível de departa-

mentos, encorajando perseguições políticas nem sequer disfarçadas. Também acaba por deixar claro, a todos os docentes desta universidade, que pode chegar a sua vez: o fato de os critérios mudarem a cada caso instaura o império do terror. Uma discussão com o chefe pode resultar em não renovação; a mudança de filiação a grupos de poder, também; a discordância em relação a uma comissão poderosa, idem.

A mesma atuação tem se verificado no julgamento do estágio probatório. O corte do tempo integral ou a não concessão, em outros casos, tem usado como critério até mesmo a idade

do docente. Esta é uma clara demonstração de que o critério se adapta ao resultado pretendido.

Seriedade na defesa da qualidade do trabalho do docente vai contar sempre com o apoio da Adusp. Mas, para isso, é preciso que haja critérios claros de avaliação submetidos a um projeto de universidade amplamente discutido. Mais do que isso, do ponto de vista trabalhista, é preciso que os direitos mínimos dos trabalhadores docentes sejam respeitados. Não se pode admitir que após 20 anos de trabalho na USP, o professor seja jogado no grupo de desempregados sem ter sequer o salário do mês seguinte na mão.

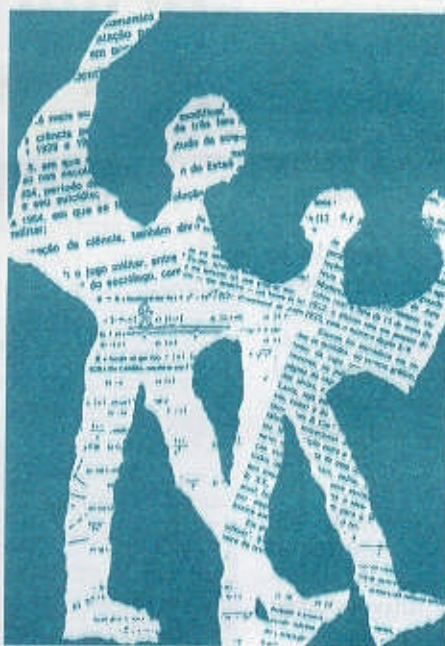
# Andes lança campanha em defesa do ensino público

Cerca de oitocentas pessoas, entre docentes, parlamentares, sindicalistas e militantes de várias entidades comprometidas com os interesses nacionais, participaram, dia 15 deste mês, no Senado Federal — plenário Petrônio Portela —, do Ato Público de lançamento da campanha “1995: Em Defesa de Universidade Pública”, patrocinada pela Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior). O presidente da entidade, Luiz Henrique Schuch, entregou aos 57 deputados e 7 senadores presentes ao Ato, a Carta aos Parlamentares do Brasil, na qual é feita uma análise da importância e dos problemas enfrentados pelas universidades federais e estaduais no país. O texto mostra que os investimentos feitos no ensino público, especialmente nos últimos governos, ficaram muito aquém do exigido para uma nação em desenvolvimento.

“A educação de um povo é patrimônio público e fator determinante do desenvolvimento social, econômico, científico-tecnológico e político de um país. A sociedade exige que seja esta a compreensão e o tratamento dado à educação pelas autoridades que governam o Brasil”, afirma o documento. A carta, assinada por outras 21 entidades nacionais e

13 regionais, convoca os senadores e deputados a defenderem a democratização do acesso à educação, erradicação do analfabetismo e mais verbas e melhores salários, além da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade.

Falando em nome da bancada do PT no senado, Eduardo Suplicy disse que há uma determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso para que se atrase a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mas que seu partido fará tudo que estiver ao alcance para que a LDB seja votada o quanto antes, porque “qualquer proposta em defesa da universidade pública é a defesa de todo o povo brasileiro”. Além dos representantes do PT, participaram do Ato deputados e senadores do PPS, PC do B, PDT e PMDB.



Congresso- O lançamento da campanha “1995: Em Defesa da Universidade Pública” fez parte do XIV Congresso da Andes, realizado em Brasília, entre os dias 14 e 18 deste mês. Durante cinco dias, 287 delegados e 49 observadores de 59 associações docentes de todos os estados brasileiros debateram o tema “Projeto Democrático Popular: Desprivatização do Estado, Educação e Construção da Cidadania”.

Durante a abertura do Congresso, o secretário de Educação do Distrito Federal e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB), Antonio Ibañez, e Marco Antonio Oliveira, do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT, defenderam a melhoria de investimentos nas universidades públicas e sua integração com os ensinos de 1º e 2º graus. Antonio Sebben, presidente da Associação dos Docentes da UnB, afirmou que as uni-

versidades são responsáveis pela formação dos professores de 1º e 2º graus e que, exatamente por isso, são importantes os investimentos em áreas universitárias, como a ampliação e o reforço dos cursos de licenciatura.

O governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, participou do Seminário do Congresso Andes e destacou o compromisso que a universidade brasileira deve ter com a realidade do país e com a grande massa de excluídos. “As universidades, hoje, têm um compromisso com a abolição do regime de apartheid em que vivemos. O seu papel deve ser o da universidade da mudança e não apenas da compreensão”, declarou Cristóvam Buarque. Além do governador do DF e do presidente da Andes, participaram do seminário o vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Carlos Alberto de Almeida, que falou sobre a democratização dos meios de comunicação; o secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores, João Vaccari, que abordou a questão das lutas sindicais diante do projeto neoliberal do governo federal; e o encarregado de negócios de Cuba, Eduardo Gonzales Lerner, que discorreu sobre as experiências de políticas públicas daquele país.

## Resumo do Relatório da Tesouraria

Dezembro de 1994

<b>Saldo de Novembro:</b>	<b>R\$ 298.539,81</b>
1. Receitas	
1.1. Contribuição Sócios	R\$ 55.699,98
1.2. Prestação Serviços	R\$ 765,86
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 14.643,12
1.4. Outros	R\$ 2.060,40
<b>Disponível</b>	<b>R\$ 371.709,17</b>
2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 39.098,81
2.2. Repasse a ANDES-SN	R\$ 9.731,65
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 700,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 3.691,26
2.5. Comunicação	R\$ 6.223,92
2.6. Eventos	R\$ 3.618,99
2.7. Outros	R\$ 690,69
<b>Total Despesas</b>	<b>R\$ 63.755,32</b>
<b>Saldo de Dezembro</b>	<b>R\$ 307.953,85</b>
3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 232.811,56
3.2. Poupança	R\$ 73.938,57
3.3. Conta Corrente	R\$ 1.090,32
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 113,40
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	<b>R\$ 307.953,85</b>

Janeiro de 1995

<b>Saldo de Dezembro:</b>	<b>R\$ 307.953,85</b>
1. Receitas	
1.1. Contribuição Sócios	R\$ 55.953,99
1.2. Prestação Serviços	R\$ 2.495,01
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 10.143,43
1.4. Outros	R\$ 2.383,47
<b>Disponível</b>	<b>R\$ 378.929,75</b>
2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 21.560,92
2.2. Repasse a ANDES-SN	R\$ 11.140,00
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 700,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 2.494,43
2.5. Comunicação	R\$ 7.118,01
2.6. Eventos	R\$ 1.785,07
2.7. Outros	R\$ 0,00
<b>Total Despesas</b>	<b>R\$ 44.798,43</b>
<b>Saldo de Janeiro</b>	<b>R\$ 334.131,32</b>
3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 256.258,39
3.2. Poupança	R\$ 76.108,04
3.3. Conta Corrente	R\$ 1.479,27
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 285,62
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	<b>R\$ 334.131,32</b>